

Psicólogos, psicologia e educação: alguns equívocos

De uns tempos a esta parte têm sido recorrentes na opinião publicada as referências às ideias ou saberes dos psicólogos e da psicologia sobre as mais variadas questões, designadamente, as que envolvem processos educativos. Estas referências, quase sempre de teor negativo são, na minha opinião, fruto de alguns equívocos que me proponho abordar. Devo começar por um registo de interesses: sou psicólogo na área da educação, com formação graduada e pós-graduada (mestrado e doutoramento) nesta área. Parece-me também importante sublinhar de início que, frequentemente, sobre matérias ligadas aos processos educativos, a comunicação social procura ouvir alguém da psicologia sem cuidar de saber qual a área científica do “opinante”, o que já me aconteceu. Por despudor deontológico e numa falha de ética científica, alguns colegas, em a preparação adequada, não se inibem de opinar e veicular, naturalmente, banalidades ou incorrecções. Seria assim como que recorrer à opinião de um dermatologista sobre um problema de ortopedia. É certo que, sendo também médico, não terá, obviamente, mais do que uma opinião, sendo que se procura, creio, algum saber que ajude a interpretar a realidade e não uma mera opinião.

Como é de calcular, esta atitude de alguns colegas parece-me um mau serviço prestado à profissão e à sua representação social e contributiva para promover os equívocos que me proponho abordar de forma simples e sem utilizar qualquer critério de ordenação.

Equívoco 1 - “Não se pode contrariar as crianças.” O adequado desenvolvimento das crianças, em qualquer idade, exige a definição de regras e limites claros. Não se trata de uma moda ou de uma opção. A criança aprende a gerir e a respeitar essas regras e limites, bem como, naturalmente, a lidar com a eventual frustração advinda de ser contrariada. Sublinho pois a imprescindibilidade de, em muitas circunstâncias, ser necessário contrariar as crianças e isso constituir a melhor ajuda que se lhes pode proporcionar.

Equívoco 2 - “As crianças têm sempre razão.” Não, definitivamente as crianças não têm sempre razão. É bem diferente afirmar que haverá sempre uma razão para determinada atitude ou comportamento de uma criança do que sustentar que, conhecendo-se as razões, todos os comportamentos merecem aceitação. É interessante que as crianças mesmo pequenas sabem que, às vezes, “não têm razão” e, também por isso, deve dizer-se que não se aceita determinado comportamento ou atitude. Parece-me claro.

Equívoco 3 - “As crianças são sempre boazinhas.” Não as crianças não são sempre boazinhas. Não é útil para ninguém, a começar pela criança, a representação idealizada dos mais pequenos. Por vezes são mauzinhos, magoam-se e torna-se, mais uma vez, necessário que percebam claramente o que é, ou não, adequado, e isso decorre, de novo, de regras e limites claramente definidos.

Equívoco 4 - “Não se pode dizer às crianças que erraram, por que se traumatizam.” Não, o que traumatiza as crianças, para manter o termo, apesar de pouco ajustado, é deixar instalar a ideia de que tudo o que fazem está certo, ou, pelo contrário, tudo o que fazem está errado. A criança precisa de uma acção por parte do adulto que seja reguladora do seu funcionamento e isso passa por referir os erros, mas também por sublinhar os sucessos.

Equívoco 5 - “As crianças podem fazer o que querem, trata-se de experiências.” Não, as crianças não podem fazer o que querem, mesmo a título experimental. Sabemos todos que também aprendemos experimentando e errando, ou seja, aprende-se fazendo. Isto não tem de todo a ver com a aceitação de que a criança pode assumir qualquer comportamento ou atitude, porque está a experimentar. Existem, obviamente, muitos comportamentos que as crianças não podem ter, nem à experiência, e voltamos à imprescindibilidade das regras e limites.

Equívoco 6 - “Não se pode castigar as crianças.” Podemos ter todas as discussões sobre o que é um castigo, como se administram (ou não) os castigos, a sua eficácia, etc. O que me parece essencial é que as crianças percebam que os seus comportamentos adequados podem merecer elogios ou prémios, assim como perceber que

José Morgado

os comportamentos inadequados podem implicar alguma forma de sanção. Não vale a pena a retórica sobre isto, as relações e comportamentos nas sociedades actuais estão relativizadas face às suas consequências positivas ou negativas. Em todo o caso parece mais eficaz reforçar o que de bom é feito do que apenas punir o que de menos bom é realizado pela criança.

Equívoco 7 - “A autoridade não é boa para as crianças.” Mais uma vez, sublinho, a criança precisa de modelos de autoridade. Não se trata de moda ou opinião científica, trata-se de necessidade. A percepção dos modelos de autoridade funciona como regulador da actividade social das crianças. É bem conhecido o efeito negativo da ausência na vida das crianças de modelos de autoridade que têm ainda o importantíssimo efeito de lhes transmitir segurança, algo de fundamental ao seu desenvolvimento. O que nesta matéria pode, e deve, ser discutido é forma como deve ser exercida a autoridade, não, repito, a sua necessidade.

Mais alguns equívocos poderiam ser objecto de reflexão, mas há que ser económico.

Queria ainda sublinhar que todos os grupos profissionais estão ao abrigo de padrões éticos e deontológicos. Esta circunstância nos de, principalmente em intervenções públicas, tecer comentários ligeiros, valorativos ou desvalorativos sobre outros grupos profissionais. Há pouco tempo, um conhecido advogado e *opinion maker* referia-se num artigo de opinião no PÚBLICO às, cito, “fontes dos psicólogos”. Por respeito à identidade científica e profissional de uma classe, eu nunca me atreveria a referir-me aos disparates dos advogados. *Psicólogo da Educação. Professor universitário*

O que traumatiza as crianças, para manter o termo, apesar de pouco ajustado, é deixar instalar a ideia de que tudo o que fazem está certo ou, pelo contrário, tudo o que fazem está errado

A habitual coluna de António Barreto regressa para a semana